

*Câmara Municipal de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

Atas 02  
Proc. 397/22

**PROJETO DE LEI 059 /2022**

**Autoriza o Poder Executivo a promover a padronização, alinhamento e identificação da fiação aérea no Município de Bertioga, e dá outras providências.**

**Autor: Vereador Macário Antunes Quirino.**

**Art. 1º** As empresas e as concessionárias responsáveis pela rede aérea ou fiação aérea ficam incumbidas pela retirada e alinhamento dos cabeados e equipamentos excedentes e/ou sem uso nos postes de fiação aérea, assistidas das suas respectivas identificações, respeitando rigorosamente a NBR-15214 ou outras normas técnicas que venham a substituí-la.

**Parágrafo único.** Para efeito desta Lei, rede ou fiação são todos os produtos que utilizam cabeamento para levar ao mercado consumidor os serviços oferecidos pelas empresas e concessionárias que operam distribuindo:

I – energia elétrica;

II – telefonia fixa;

III – banda larga;

IV – TV a cabo;

**CÂMARA MUNICIPAL DE BERTIOGA**

Protocolo 772

Data 13/ 10 / 2022

Hora 10:49

Funcionário Luiza

*[Assinatura]*  
Adm. Arilson Lisboa Sabino  
Diretor - Dep. Administração



# *Câmara Municipal de Bertoga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

Folhas 03

Proc. 397/22

V – demais redes não mencionadas ou correlatas que utilizam cabeamento aérea.

**Art. 2º** A rede ou fiação aérea não deve comprometer a segurança das pessoas e instalações de qualquer espécie.

**Art. 3º** Deverão ser retirados os fios excedentes e demais equipamentos inutilizados, bem como alinhados os fios que são necessários na rede, atendido ao disposto no caput do art. 1º, no prazo máximo de 01 (um) ano, a partir da publicação desta Lei, ressalvados os casos de emergência, em que as providências previstas neste artigo deverão ser realizadas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da constatação do risco ou do recebimento de notificação do órgão municipal competente.

**Art. 4º** Concomitantemente ao estabelecido no artigo 2º desta Lei, todos os cabos deverão ser identificados com o nome do ocupante, no prazo de 1 (um) ano, a partir da publicação desta Lei.

Parágrafo único. A identificação de que trata este artigo deverá ser feita a cada vãos de postes.

**Art. 5º** Os novos projetos de instalação que vierem a ser executados após a publicação desta Lei deverão:

I – conter cabeamento identificado, atendendo ao disposto no art. 3º desta Lei;

II – ser instalado separadamente, salvo quando desenvolvimento tecnológico permitir compartilhamento;



# *Câmara Municipal de Bertiooga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

Folhas 04  
Proc. 397/22

III – estar devidamente regularizado, conforme legislação vigente, e conter autorização do Município.

**Art. 6º** As empresas e as concessionárias de que trata o art. 1º desta Lei, ficam incumbidas pela manutenção, conservação, remoção, substituição, sem qualquer ônus para a Administração Municipal, de postes de concreto ou de madeira, que estejam em estado precário, torto, inclinado ou em desuso.

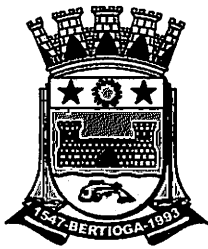
**Art. 7º** As despesas decorrentes do disposto nesta Lei serão suportadas integral e exclusivamente pelas empresas e/ou concessionárias, vedada qualquer cobrança aos consumidores.

**Art. 8º** Constatado o descumprimento do disposto nesta Lei, as empresas e/ou concessionárias mencionadas no caput do artigo 1º, serão notificadas a promover as adequações necessárias ao cumprimento das obrigações no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de recebimento da notificação, ressalvados os casos de emergência, em que o prazo fica reduzido para 24 (vinte e quatro) horas, a partir da data da constatação do risco ou do recebimento de notificação do órgão competente.

**Art. 9º** O descumprimento desta Lei, sujeitará o infrator às seguintes medidas:

I – notificação para regularização da situação, observados os prazos definidos nesta Lei;

II – multa diária a ser definida pelo Poder Executivo – Unidade Fiscal do Município por metro linear de cabeamento, na hipótese de descumprimento do artigo 3º, combinado com o artigo 8º desta Lei;



# *Câmara Municipal de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

Folhas 06  
Proc. 093/22

III – multa diária a ser definida pelo Poder Executivo – Unidade Fiscal do Município por metro linear de cabeamento, na hipótese de descumprimento do artigo 4º, combinado com o artigo 8º desta Lei;

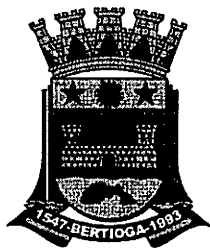
IV – multa diária a ser definida pelo Poder Executivo – Unidade Fiscal do Município por dia, na hipótese de descumprimento do disposto no art. 4º, combinado com o art. 8º desta Lei;

V – multa diária a ser definida pelo Poder Executivo – Unidade Fiscal do Município, na hipótese de descumprimento do disposto no art. 6º, combinado com o art. 8º desta Lei.

**Art. 10º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bertioga, 11 de outubro de 2022

  
**MACARIO ANTUNES QUIRINO**  
**VEREADOR**



*Câmara Municipal de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

Folhas de  
Fios 397/22

## **Justificativa**

A proposta de padronização, alinhamento e identificação de fiação aérea no Município de Bertioga, tem por objetivo a retirada dos cabamentos excedentes e/ou sem uso no Município, o que ostensivamente irá garantir a segurança da população bertioguense, reduzindo a poluição visual através de acessórios identificadores entre postes, assim diferenciando as redes existentes na municipalidade.

Faço saber que diversas cidades já instituíram diretrizes legais para tratar do tema em questão, e na minha análise Bertioga precisa seguir a mesma linha.

Hoje, são comuns as reclamações de cabos excedentes na rede aérea, sejam eles de energia, transmissão de dados ou de sinal de TV a cabo. Tendo em vista que o Poder Público somente permite a instalação dos postes, sem qualquer restrição de instalação de cabos, seja em quantidade, seja em razão de seu tipo, não há uma forma clara de saber qual a condição de manutenção de um cabo, e em alguns casos, nem mesmo a sua origem, a quem pertence e a que título permanece instalado nos postes, visto muitas vezes tratar-se de cabos instalados por autorização do concessionário titular do respectivo poste.

Dessa forma, o Poder Público necessita de instrumento legal para fiscalizar, ainda que por amostragem, a situação dos cabos e exigir a sua manutenção e até sua retirada quando estiver em más condições ou sem funcionalidade.

Por isso, a presente propositura vem corrigir uma grave distorção que vem tomando conta das ruas de Bertioga: **o abandono de cabos, fios baixos, e até mesmo soltos**



# *Câmara Municipal de Bertoga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

Polhas 07  
Proc. 397/22

**em postes, após as empresas de energia, telefonia, TV a cabo, internet, dentre outras, realizarem reparos, trocas e substituições.**

A tese encontra-se em total consonância com dispositivos da CF/88. Não trata de, por exemplo, promover concessões de serviços públicos, o que claramente violaria a Constituição Federal, mas sim de garantir ao nosso município a sua atuação na definição de regras de utilização do espaço público. Preserva-se assim, a competência da localidade que é de claro interesse local.

O art.74, da lei federal nº 9.472, de 16 de julho de 1997, reforça a relevância da legislação municipal no tocante a ordenação de cabos e outros equipamentos relacionados aos serviços de telecomunicações, *in verbis*:

**“Art. 74. A concessão, permissão ou autorização de serviço de telecomunicações não isenta a prestadora do atendimento às normas de engenharia e às leis municipais, estaduais ou distritais relativas à construção civil.”**

Portanto, almejado não apenas a remoção dos cabos e equipamentos excedentes, o que visivelmente contribuirá com a revitalização urbana da cidade e, por conseguinte, reduzirá a poluição visual, pois é extremamente vital observar primordialmente a segurança dos transeuntes.

De acordo com o inciso VIII do artigo 30 da Constituição Federal compete aos Municípios promover no que couber adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Quanto ao mais, existem dispositivos que reforçam o assunto em questão, relativamente a segurança ora evidenciada, conforme o art. 4, § 1.º da Resolução



*Câmara Municipal de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

Folhas 08

Proc. 397/22

Conjunta N° 4, de 16 de dezembro de 2014, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), *in verbis*:

**Art. 4º No compartilhamento de postes, as prestadoras de serviços de telecomunicações devem seguir o plano de ocupação de infraestrutura da distribuidora de energia elétrica e as normas técnicas aplicáveis, em especial:**

**§1 O compartilhamento de postes não deve comprometer a segurança de pessoas e instalações, os níveis de qualidade e a continuidade dos serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica.**

Por fim, a proposta em estudo é constitucional, conforme diversas decisões do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a exemplo a contida no processo n° 2166693-81.2016.8.36.0000 - Relator desembargador Xavier de Aquino.

Razões mencionadas, nortearam a presente proposta, sendo assim, por objetivar o interesse público geral e tratar-se de norma voltada à segurança do cidadão, encaminho o projeto para análise das Comissões desta Casa de Leis.

Bertioga, 11 de outubro 2022

  
**MACÁRIO ANTUNES QUIRINO**  
**VEREADOR**



*Câmara Municipal de Bertioga*

Estado de São Paulo

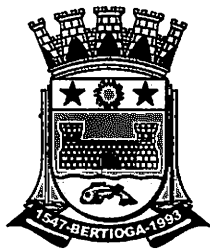
*Estância Balneária*

Folhas 09  
Proc. 097/22



*IMAGEM ANEXA 1*





# *Câmara Municipal de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

Pólis 10  
Proc. 397/22



*IMAGEM ANEXA 2*



# *Câmara Municipal de Bertiooga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

Folhas 11  
Proc. 397/22

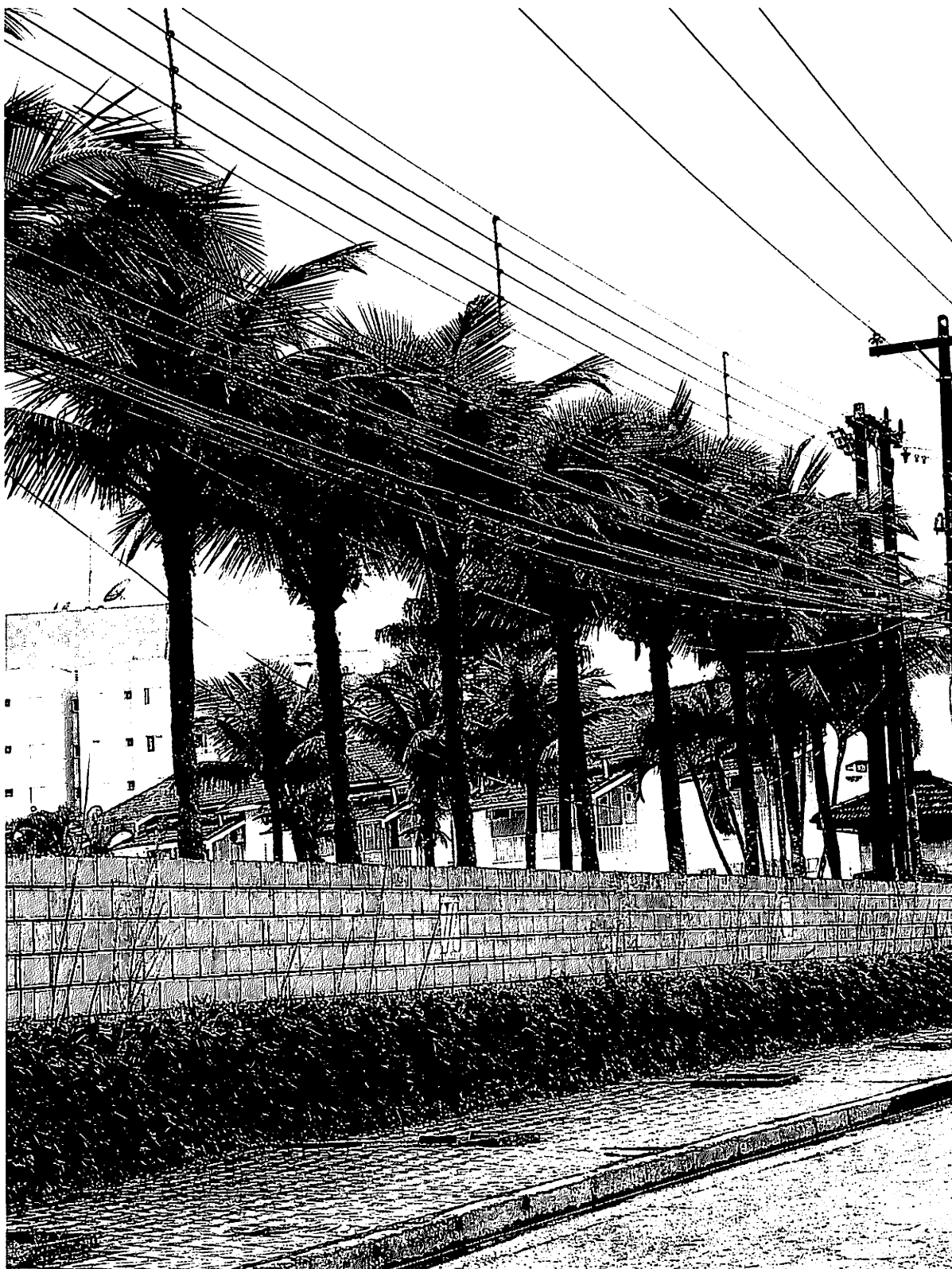


IMAGEM ANEXA 3